

O Orçamento da União; se conceitua como as prioridades de gastos do governo e as formas como os recursos necessários para custear essas prioridades serão arrecadadas por meio de tributos. Primeiramente, chama a atenção o favorecimento no direcionamento fiscal, o que consequentemente deixa alguns setores sociais prejudicados. Torna-se necessário então, analisar os privilégios desta dívida em relação aos demais compromissos.

A dívida pública do país tem aumentado drasticamente durante o passar dos anos, em 2020 os gastos com juros e amortizações da dívida pública representaram a maior fatia do orçamento federal, tornando-se 33% superior ao valor gasto em 2019. Dessa forma, faz-se ciente que a dívida gerada de forma hipotética é o principal alimento do capital financeiro, e decorre de diversos mecanismos fraudulentos, convertendo desse modo em um Sistema da Dívida Pública. No Brasil, é sabido de diversos procedimentos ilegais e ilegítimos que geram dívida sem contrapartida, em destaque: a histórica prática de juros elevadíssimos, sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, além da incidência de juros sobre juros (Anatocismo).

Ademais, vale destacar que os grandes gastos com a Dívida vêm deixando cada dia mais vários setores prejudicados como saúde, educação, trabalho e crédito a pessoas e empresas, e os indivíduos têm sua jurisdição burlada de formas grotescas. Isso se dá porque esse sistema de dívidas muitas vezes é ilegítimo e acaba se tornando exclusivamente financeiro, com benefícios fora do normal. Têm como exemplo disso, a remuneração diária da sobra de caixa dos bancos pelo BC: sem previsão legal o Banco Central gasta uma fortuna, todo ano, para remunerar bancos ilegalmente. Em 10 anos essa operação ilegal custou cerca de R\$ 1 trilhão de reais aos cofres públicos, provocando uma elevação brutal das taxas de juros de mercado para quem precisa de empréstimo (pessoas, empresas e até governos), amarrando o funcionamento de toda a nossa economia.

Entretanto, faz necessário destacar que a dívida pública não é algo ilegal, pois a cobrança de dívidas é um direito do credor, mas deve respeitar os limites da Lei, algo que claramente não é acatado pelo estado. Como consequência dessa falta de transparência, destaca-se o grande impacto na vida dos brasileiros, que infelizmente têm uma menor renda disponível - uma vez que a maior parte desse salário será destinada ao pagamento de tributos - e um menor usufruto dos seus bens e um menor desfrute de serviços públicos no qual é garantido a todos

os indivíduos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de acordo com o artigo XXV.

Portanto, tendo em vista toda essa estrutura de privilégios muito bem elaborada, faz-se necessário que a sociedade brasileira, enquanto indivíduos que estão tendo todos os seus direitos prejudicados e estão sendo manipulados, fiquem mais atentos a todos os seus direitos garantidos por Lei. É necessário que os brasileiros pressionem o governo, que por meio de parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida, realizem de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais. Promovendo assim; a devida transparência para que os cidadãos conheçam minuciosamente o orçamento fiscal, e fiquem cientes de todas as fontes de recursos públicos e sua respectiva destinação.